



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESPÍRITO SANTO  
Rua João Batista Parra, 575 - Bairro Praia do Suá - CEP 29052-123 - Vitória - ES

## **ESTUDO PRELIMINAR (DEMANDAS DE TIC) Nº 15/2022 - TRE-ES/PRE/DG/STI/CSE/SPO**

(este documento deve seguir as orientações da Resolução TRE/ES nº 261/2018)

### **SUMÁRIO**

#### **ANÁLISE DE VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO**

1. Caracterização da Demanda
2. Especificação dos Requisitos Funcionais
3. Especificação dos Requisitos Tecnológicos
4. Identificação e Comparação das Soluções Aderentes aos Requisitos
5. Indicação da STIC Escolhida
6. Indicação da Necessidade de Adequação Ambiental

#### **ANÁLISE DE RISCOS**

7. Relação dos Possíveis Riscos

#### **ANÁLISE DE SUSTENTAÇÃO DO CONTRATO**

8. Recursos Materiais e Humanos
9. Descontinuidade do Fornecimento

---

### **ANÁLISE DE VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO**

#### **1. CARACTERIZAÇÃO DA DEMANDA**

##### **1.1. DESCRIÇÃO SUCINTA**

Contratação de solução que permita a realização de videoconferências, via Internet, com vídeo, áudio e texto, para uso nas sessões plenárias do TRE-ES, nas reuniões do corpo administrativo do Tribunal, em treinamentos diversos, além de tornar possível a participação de convidados remotos em eventos presenciais e à distância, com transmissão por meio de redes sociais e/ou canais internos.

##### **1.2. JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE E RESULTADOS**

O Tribunal aprovou a Resolução 266/2020, estabelecendo o “modelo diferenciado de gestão de atividades voltado para a entrega de resultados nos trabalhos realizados nos formatos presencial e a distância”, tornando o trabalho remoto uma realidade permanente no âmbito da Justiça Eleitoral do ES. Dentro deste contexto, as sessões plenárias, a escola judiciária e a Seção de Treinamento e Capacitação necessitam de *software* de videoconferência que permita a transmissão direta e ao vivo das reuniões e treinamentos para o canal de YouTube do Tribunal, a inserção de logomarca da instituição, a criação de subsalas, entre

outras funcionalidades. Assim, torna-se necessário estudo e contratação de ferramenta que possa suprir as demandas dessas unidades.

OBJETIVOS a serem alcançados por meio da contratação:

- Manutenção das Sessões do Pleno, com possibilidade de participação remota de membros, advogados e partes.
- Manutenção dos eventos (*webinars*) promovidos pela EJE-ES, com transmissão direta para as redes sociais do Tribunal.
- Manutenção dos treinamentos a distância, com transmissão simultânea.

## **2. ESPECIFICAÇÃO DOS REQUISITOS FUNCIONAIS**

### **2.1. REQUISITOS RELACIONADOS AO NEGÓCIO**

2.1.1. Permitir a realização das Sessões Plenárias do TRE/ES no formato de videoconferência, com participação online de todas as partes interessadas e transmissão direta e online para o canal do TRE/ES no YouTube.

2.1.2. Permitir a realização de reuniões de trabalho e de treinamentos no formato de videoconferência, com possibilidade de compartilhamento de conteúdo.

2.1.3. Permitir a criação de subgrupos, grupos de trabalho ou grupos focais dentro das reuniões.

2.1.4. Permitir a gravação das reuniões.

2.1.5. Permitir controle pleno das salas de videoconferência, com possibilidade de um administrador efetuar ações de controle como a inclusão e remoção de participantes.

2.1.6. Permitir a comunicação individual entre participantes, por meio escrito.

2.1.7. Permitir a realização de reuniões simultâneas.

2.1.8. Permitir o uso em computadores pessoais, tablets e celulares.

### **2.2. REQUISITOS DE CAPACITAÇÃO**

Não há.

### **2.3. REQUISITOS DE MANUTENÇÃO E GARANTIA**

Suporte técnico e atualizações da solução devem estar disponíveis durante a vigência contratual.

### **2.4. REQUISITOS TEMPORAIS**

Contrato com vigência de 12 (doze) meses, com possibilidade de prorrogação por iguais e sucessivos períodos, limitada a 60 (sessenta) meses.

### **2.5. REQUISITOS DE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO**

Permitir controle total do ingresso de participantes na sala de videoconferência.

### **2.6. REQUISITOS AMBIENTAIS, CULTURAIS E SOCIAIS**

A empresa fornecedora das licenças deverá estar habilitada juridicamente e estar em regularidade fiscal e trabalhista.

### 3. ESPECIFICAÇÃO DOS REQUISITOS TECNOLÓGICOS

#### 3.1. CARACTERÍSTICAS GERAIS

- 3.1.1. Permitir a realização de reuniões no formato de videoconferência.
- 3.1.2. Ser compatível com computadores, celulares e tablets e com os principais sistemas operacionais: Windows, Android e iOS.
- 3.1.3. Permitir a criação de subgrupos (grupos de trabalho/painéis) dentro de uma sala de videoconferência.
- 3.1.4. Permitir a transmissão ao vivo da reunião para a plataforma YouTube, sem utilização de *software* intermediários.
- 3.1.5. Permitir a criação de um vínculo da ferramenta com o canal do TRE/ES no YouTube para a transmissão ao vivo, sem necessidade de efetuar nova configuração a cada reunião.
- 3.1.6. Permitir gravação das reuniões localmente.
- 3.1.7. Permitir a criação de salas de videoconferência com senhas.
- 3.1.8. Possuir o controle da entrada de participantes na reunião, que pode ser implementado através de sala de espera ou recurso similar.
- 3.1.9. Permitir a organização de reuniões simultâneas.
- 3.1.10. Permitir a troca de mensagens escritas (*chat*) entre os participantes da reunião.
- 3.1.11. Permitir que o organizador da reunião possa convidar, adicionar, remover, silenciar e gerir os participantes da reunião.
- 3.1.12. Permitir que os participantes da reunião possam compartilhar as telas de seus dispositivos com todos os demais.
- 3.1.13. Prover atualização e suporte durante período contratual.

#### 3.2. ANÁLISE DA DEPENDÊNCIA TECNOLÓGICA

- 3.2.1. Os arquivos das gravações das videoconferências devem ser de propriedade da contratante e ficar disponíveis para *download* nos formatos mais comuns e intercambiáveis.

### 4. IDENTIFICAÇÃO E COMPARAÇÃO DAS SOLUÇÕES ADERENTES AOS REQUISITOS

Existem 4 (quatro) ferramentas comuns de mercado capazes de prover o serviço de videoconferência, sem necessidade de aquisição de *hardware* específicos. São elas:

1. Google Meet
2. Zoom Meetings
3. Cisco Webex
4. Microsoft Teams

No entanto, para que seja considerada aderente, a ferramenta deve atender os requisitos funcionais e tecnológicos propostos neste estudo. A tabela abaixo mostra a análise dos recursos de cada uma dessas ferramentas frente aos requisitos necessários.

Funcionalidade	Ferramentas			
	Google	Zoom	Webex	Teams
3.1.1. Permitir a realização de reuniões no formato de	X	X	X	X

videoconferência.				
3.1.2. Ser compatível com computadores, celulares e tablets e com os principais sistemas operacionais: Windows, Android e iOS.	X	X	X	X
3.1.3. Permitir a criação de subgrupos (grupos de trabalho/painéis) dentro de uma sala de videoconferência.	X	X		
3.1.4. Permitir a transmissão ao vivo da reunião para a plataforma YouTube, sem utilização de <i>software</i> intermediários.		X	X	
3.1.5. Permitir a criação de um vínculo da ferramenta com o canal do TRE/ES no YouTube para a transmissão ao vivo, sem necessidade de efetuar nova configuração a cada reunião.		X		
3.1.6. Permitir gravação das reuniões localmente.	X	X	X	X
3.1.7. Permitir a criação de salas de videoconferência com senhas.	X	X	X	X
3.1.8. Possuir o controle da entrada de participantes na reunião, que pode ser implementado através de sala de espera ou recurso similar.	X	X	X	X
3.1.9. Permitir a organização de reuniões simultâneas.	X	X	X	X
3.1.10. Permitir a troca de mensagens escritas ( <i>chat</i> ) entre os participantes da reunião.	X	X	X	X
3.1.11. Permitir que o organizador da reunião possa convidar, adicionar, remover, silenciar e gerir os participantes da reunião.	X	X	X	X
3.1.12. Permitir que os participantes da reunião possam compartilhar as telas de seus dispositivos com todos os demais.	X	X	X	X
3.1.13. Prover atualização e suporte durante período contratual.	X	X	X	X

Verifica-se, assim, que somente uma das ferramentas atende a todos os requisitos propostos. Tal conclusão requer, então, **que seja justificada de forma detalhada a necessidade dos requisitos funcionais que excluem as demais soluções, itens 3.1.3, 3.1.4 e 3.1.5.**

### **Subitem 3.1.3:**

Esse recurso exclui duas soluções, porém é primordial para as reuniões de avaliação das eleições e treinamentos que acontecem na Justiça Eleitoral.

Nos treinamentos, em geral, há uma reunião geral com instruções para todos os participantes, uma posterior divisão dos participantes em grupos menores e, finalmente, o retorno desses grupos para a reunião original. Essa divisão pode ocorrer, por exemplo, separando-se treinandos novatos de experientes, ou mesmo turmas por tema, tais como “sistema de segurança”, “urna eletrônica”, “totalização”, “gestão de mesários”, etc. Muitas vezes os instrutores transitam por estas salas, o que reforça a necessidade do recurso.

Nas reuniões de avaliação do pleito o recurso também é fundamental. O grupo principal é dividido em subgrupos que vão levantar problemas e sugerir soluções sobre diversos temas, trazendo os resultados novamente para serem apresentados e discutidos na reunião ampla.

Há ainda a aplicação para as sessões plenárias, possibilitando, por exemplo, que os advogados que farão sustentação oral permaneçam reunidos em uma sala a parte, até que sejam incluídos na sala principal da

sessão.

### **Subitens 3.1.4 e 3.1.5:**

O recurso exigido no subitem 3.1.4 exclui duas soluções e o exigido no 3.1.5 exclui três. A justificativa para esses itens se dá de forma conjunta, pois trata-se de uma necessidade de transmissão simultânea das reuniões diretamente para o canal do TRE no YouTube, sem uso de *software* intermediários e de forma prática.

Neste caso, a necessidade está diretamente relacionada à efetiva realização e transmissão online das Sessões Virtuais do Pleno deste TRE. As sessões presenciais já eram transmitidas para o canal do YouTube do TRE, bastando apenas que o operador iniciasse e encerrasse a transmissão, de acordo com a orientação da Mesa. Com a publicação do normativo que implementou no âmbito do TRE/ES as sessões virtuais, permanece a necessidade da transmissão *online* para fins de publicidade e transparência.

Da mesma forma que ocorria antes, os procedimentos de operação deste recurso devem ser simples e diretos, evitando erros e incidentes que possam atrasar ou inviabilizar a sessão. Utilizar *software* intermediários ou mesmo ter que efetuar operações de configuração em todas as reuniões, traria um risco alto para o andamento dos trabalhos durante a Sessão, sendo totalmente desaconselhado pela área tecnológica deste Tribunal essas intermediações por *software* de terceiros e configurações constantes na plataforma de transmissão.

## **5. INDICAÇÃO DA STIC ESCOLHIDA**

### **5.1. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO - SOLUÇÃO ÚNICA**

01 (um) plano corporativo do *software* Zoom Meetings

- Fornecedor: Zoom Video Communications, Inc.
- Órgão/entidade proprietário da solução: não se aplica à presente contratação.
- Orçamento: aproximadamente R\$ 20.000,00.
- Aderência ao MNI: não se aplica à presente contratação.
- Aderência ao ICP-Brasil: não se aplica à presente contratação.
- Aderência ao Moreq-Jus: não se aplica à presente contratação.

### **5.2. JUSTIFICATIVA/MOTIVAÇÃO DA ESCOLHA**

A solução indicada no subitem 5.1 foi escolhida por ser a única alternativa que atende às necessidades desta contratação.

### **5.3. ADERÊNCIA AOS REQUISITOS**

<b>Requisito Funcional</b>	<b>Requisito Tecnológico Associado</b>	<b>Solução possui a funcionalidade?</b>
2.1.1. Permitir a realização das Sessões Plenárias do TRE/ES no formato de videoconferência, com participação online de todas as partes interessadas e transmissão direta e online para o canal do TRE/ES no YouTube.	3.1.1, 3.1.4, 3.1.5	X
2.1.2. Permitir a realização de reuniões de trabalho e de treinamentos no formato de videoconferência, com possibilidade de compartilhamento de conteúdo.	3.1.12	X

2.1.3. Permitir a criação de subgrupos, grupos de trabalho ou grupos focais dentro das reuniões.	3.1.3	X
2.1.4. Permitir a gravação das reuniões.	3.1.6	X
2.1.5. Permitir controle pleno das salas de videoconferência, com possibilidade de um administrador efetuar ações de controle como a inclusão e remoção de participantes.	3.1.11	X
2.1.6. Permitir a comunicação individual entre participantes, por meio escrito.	3.1.10	X
2.1.7. Permitir a realização de reuniões simultâneas.	3.1.9	X
2.1.8. Permitir o uso em computadores pessoais, tablets e celulares.	3.1.2	X
2.3. Suporte técnico e atualizações da solução devem estar disponíveis durante a vigência contratual.	3.13	X
2.5. Permitir controle total do ingresso de participantes na sala de videoconferência.	3.1.8, 3.1.7	X

#### 5.4. RELAÇÃO ENTRE DEMANDA PREVISTA E A STIC

A solução será adquirida em seu quantitativo mínimo - 01 (um) plano corporativo – e se adequa aos requisitos funcionais e tecnológicos, conforme demonstra tabela no item 5.3.

#### 6. INDICAÇÃO DA NECESSIDADE DE ADEQUAÇÃO AMBIENTAL

Não há.

#### ANÁLISE DE RISCOS

#### 7. RELAÇÃO DOS POSSÍVEIS RISCOS

RISCO	NÃO CUMPRIMENTO DO PRAZO DE ENTREGA PELA CONTRATADA	
Probabilidade (Alta, média ou baixa)	Baixa	
	<b>Efeito (Dano)</b>	<b>*Impacto</b>
1	Atraso na instalação das licenças	Baixo
	<b>Ações de Mitigação e Contingência</b>	<b>Responsável</b>

1	Consultar empresas do ramo sobre adequação do prazo de entrega dos equipamentos.	Integrante técnico
2	Acompanhar rigorosamente junto à empresa o andamento da operação de entrega.	Equipe gestora

**\*Impacto (Baixo, Médio ou Alto)**

## ANÁLISE DE SUSTENTAÇÃO DO CONTRATO

### 8. RECURSOS MATERIAIS E HUMANOS

Trata-se de aquisição de licenciamento de *software*. A contratação não necessita de recursos materiais e humanos para sua implantação.

### 9. DESCONTINUIDADE DO FORNECIMENTO

Não se aplica.

## EQUIPE DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO

Integrante Demandante: Danilo Magno Marchiori (substituto: Sandro Merçon da Silva)

Integrante Técnico: Thiago Nunes de Albuquerque Santos (substituto: Bueno Borges de Souza)

Integrante Administrativo: Carlos Alberto da Rocha Pádua Filho (substituto: Marcos Venturott Ferreira)

**Vitória, 04 de outubro de 2021.**



Documento assinado eletronicamente por **CARLOS ALBERTO DA ROCHA PADUA FILHO, Técnico Judiciário**, em 04/10/2021, às 17:52, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **DANILO MAGNO MARCHIORI, Secretário(a)**, em 04/10/2021, às 18:08, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **THIAGO NUNES DE ALBUQUERQUE SANTOS, Técnico Judiciário**, em 04/10/2021, às 18:10, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [http://sei.tre-es.jus.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.tre-es.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código verificador **0631741** e o código CRC **49D3DDD4**.

